

PROGRAMA GRANDE CARAJÁS:

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

1. INTRODUÇÃO

É necessário produzir informações e análises da realidade brasileira, alternativas às versões oficiais e vinculadas aos interesses de uma sociedade democrática.

O Programa Grande Carajás e o Programa de Mobilização Energética, são os dois principais projetos de desenvolvimento do País no limiar da década de 80. Ambos precisam de uma análise profunda da lógica interna de sua concepção e dos instrumentos de sua implementação. E precisam de alternativas que rompam o monopólio da informação e da decisão do Governo, em benefício da sociedade brasileira e de suas instituições democráticas.

Este documento trata do Programa Grande Carajás e se propõe a ser uma contribuição aos esforços da Nação para encontrar com sua gente, para resolver os seus problemas reais e para usar as suas potencialidades. Parte da identificação de um modelo de internacionalização, presente no Programa. Reconhece sua lógica interna e sua consistência com outras ações do Governo. E procura apontar caminhos alternativos.

2. OBJETIVOS DO PROGRAMA

Através do Decreto-Lei nº 1813, de 24.11.80, foi instituído um regime especial de incentivos para os empreendimentos integrantes



do Programa Grande Carajás, a ser desenvolvido em área localizada ao norte do paralelo de 8º de latitude sul e entre os Rios Amazonas, Xingú e Parnaíba, abrangendo parte dos Estados do Pará, Goiás e Maranhão.

Na mesma data, pelo Decreto nº 85.387, foi constituído o Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás, composto de oito Ministros (Chefe da SEPLAN, de Minas e Energia, dos Transportes, da Indústria e do Comércio, do Interior, da Fazenda, da Agricultura e do Trabalho), presidido pelo Ministro-Chefe da SEPLAN, e com os mais amplos poderes e atribuições normativas e executivas, visando à implementação do Programa.

Tais instrumentos, cuja constitucionalidade é controversa, constituem as bases institucionais para a ação do Governo. Adicionalmente - além de documentos de natureza promocional editados pelo Governo - Ministros de Estado e altas autoridades federais têm apresentado o conjunto de idéias, conceitos, projetos e cifras que consubstancia o pensamento do Governo sobre a forma de desenvolvimento da Amazônia Oriental, mediante o aproveitamento de suas riquezas e potencialidades.

A criação do Programa e a definição de suas bases institucionais apresentam características de autoritarismo, centralização e falta de controle democrático que não chegam a ser novidade. De fato, nas últimas décadas, todos os programas de investimentos públicas apresentam estas características. A novidade é ocorrer no momento em que a sociedade brasileira é capaz de reconhecer e assumir o seu papel de agente responsável pelo processo de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, de beneficiária dos resultados deste processo.

Recentemente, a 04.08.81, ocorreu a primeira reunião do Conselho Interministerial que, na oportunidade, baixou a Resolução nº 01, estabelecendo as políticas e os critérios gerais a serem observados

